

Escolas Profissionais dos Açores enfrentam dificuldades financeiras e algumas já têm salários em atraso

A Associação de Escolas Profissionais dos Açores (AEPA), na sequência das recentes declarações da Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego sobre o Ensino Profissional, em particular, nas Escolas Profissionais da Região Autónoma dos Açores, emitiu ontem um comunicado desafiando o governo a esclarecer uma série de situações relacionadas com aquelas escolas.

“Tendo conhecimento das situações financeira das Escolas Profissionais da Região, o atual Governo Regional dos Açores adjudicou à Universidade dos Açores um Estudo de Diagnóstico do Equilíbrio e Sustentabilidade das Escolas Profissionais de Direito Privado na RAA, de modo a inteirar-se da realidade de cada escola, bem como a concertar uma solução que permitisse a continuidade do serviço público destas unidades de ensino”, refere o comunicado, acrescentando a seguir que “sobre o referido estudo importa referir que, até ao momento, não se conhece oficialmente os resultados do mesmo, pelo que urge a sua disponibilização às entidades interessadas, assim como a definição de ações futuras a tomar sobre estas matérias”.

A AEPA considera “indispensável que haja uma clarificação da estratégia governamental sobre o futuro do ensino profissional na Região, ou seja se se pretende que as estruturas formativas privadas e sociais, que têm tido um papel relevante na formação de jovens e de desempregados, continuem a desenvolver a sua atividade em



condições minimamente adequadas, ou se se pretende que esta função seja exercida exclusivamente pelo setor público, através dos seus estabelecimentos de ensino”.

As escolas profissionais dizem ainda que, sobre o problema em fase decorrente do encerramento de uma Escola Profissional, associada da AEPA, “não se compreende o desconhecimento manifestado publicamente pela titular da SRJQE, uma vez que já tinha decorrido uma reunião nas instalações daquela secretaria com Técnicos e Dirigentes da mesma, para além de diversos outros contactos”.

A AEPA lamenta que a Escola Pro-

fissional APRODAZ, sua associada, tenha fechado portas e demonstra publicamente a sua solidariedade com os seus formandos, formadores e colaboradores, bem como com todos aqueles que contribuíram com a APRODAZ na elevação e dinamização do ensino profissional da Região Autónoma dos Açores, acrescentando ainda a solidariedade com a Escola Profissional do Pico, que, tal como outras Escolas Profissionais, enfrenta problemas de ordem financeira e que tem salários em atraso.

No que respeita às últimas notícias referente ao financiamento das Escolas Profissionais da Região, a AEPA

esclarece que, perante o contexto em que já decorre o financiamento, o qual o Governo Regional dos Açores tem vindo a negociar com a Banca, este destina-se exclusivamente a fazer face à transição do anterior para o novo QCA, e, portanto, de verbas que são devidas às Escolas Profissionais por direito, mas que ainda não estão disponíveis.

“É uma solução que se reconhece como uma medida muito positiva em relação à continuidade dos percursos formativos dos jovens da Região Autónoma dos Açores, mas que se lamenta que peque por tardia, uma vez que, como se sabe, o ano letivo iniciou há quatro meses”, sublinha.

Em relação às regras que irão vigorar no próximo QCA, a AEPA considera “imprescindível que se conheça, com urgência, as referidas regras, designadamente sobre a eventual manutenção das penalizações atualmente existente, o que a acontecer só irá agravar a situação financeira das Escolas Profissionais, podendo conduzir ao encerramento de outras entidades formadoras”.

A AEPA, “estranha também que não tenha ainda sido dada resposta a audiência já solicitada ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, considerando-se que toda a matéria envolvente ao Ensino Profissional na Região carece de medidas urgentes, sendo necessária uma profunda reflexão de carácter estrutural para uma desejada fase positiva de toda a qualificação”.

Salários em atraso na Escola Profissional do Pico

A Escola Profissional do Pico (EPP) é uma das escolas que enfrenta as enormes dificuldades de financiamento e de tesouraria em que está mergulhado o ensino profissional dos Açores, devido ao atraso na transferência dos apoios comunitários, impedindo o pagamento do vencimento relativo ao mês de dezembro e o subsídio de Natal, revela o jornal picoense Ilha Maior.

“Este atraso deixou muitos profissionais sem condições para comprar as prendas para os filhos e, em alguns casos, o dinheiro não chegou para colocar o bacalhau na mesa da consoada”, denuncia o jornal.

Essas dificuldades foram assumidas ao Ilha Maior por alguns dos funcionários ligados à EPP, admitindo que a quadra natalícia foi celebrada com alguma “tristeza e com muitas dificuldades”.

O atraso no pagamento dos vencimentos tem sido, aliás, recorrente ao longo deste ano e já obrigou os profissionais a aguardarem durante quatro meses pelo subsídio de férias.

“A Escola já teve muitas dificuldades para pagar o subsídio de Funcionários estão desmotivados e cansados de esperar Escola Profissional do Pico não pagou vencimento nem subsídio de Natal férias. Esse subsídio devia ter sido pago em junho, mas apenas em outubro é



que a situação foi regularizada, ou seja, quatro meses depois, o que nos obrigou a muita ginástica financeira para fazer face aos nossos compromissos”, revelou um dos funcionários.

Nem mesmo, a Câmara da Madalena e a Santa Casa da Misericórdia, entidades que fundaram a Associação para o Desenvolvimento Local da Ilha do Pico, proprietária da Escola Profissional, conseguiram ajudar numa solução financeira.

Com o aumento da inflação e do crédito à habitação, associado ao atraso

regular nos pagamentos, alguns profissionais começam a sentir dificuldades para cumprir com os seus compromissos, sobretudo junto da banca onde contraíram créditos à habitação, e a manter-se situação podem falhar as prestações, denuncia ainda o jornal picoense.

Esta irregularidade nos pagamentos está, aliás, a criar uma enorme desmotivação entre os profissionais e alguns já foram inclusivamente convidados a procurar outras soluções para o seu futuro profissional.

Entretanto, as escolas profissionais dos Açores já foram autorizadas pelo governo a recorrer à banca para fazer face às despesas imediatas até a aplicação das verbas do novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

O aval do governo chegou no final de 2022 e pode ajudar a situação de algumas escolas, entre as quais a do Pico. A expectativa de Domingos Borges, vice-presidente para as regiões autónomas da Associação Nacional das Escolas Profissionais, é que os apoios, de acordo com a execução já realizada, comecem a chegar na próxima semana assegurando o financiamento e o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino profissional, enquanto o novo QCA não estiver em vigor.

Recorde-se que nos último Conse-

lho do Governo foi decidido aprovar a resolução que cria um mecanismo, de forma excecional e transitória, que prevê a possibilidade de as escolas profissionais recorrerem a financiamento bancário, suportando o Governo Regional os respetivos encargos financeiros resultantes dessa operação de financiamento.

Este apoio extraordinário decorre do processo de transição entre quadros comunitários, que coloca as escolas profissionais da região numa situação de dificuldade acrescida, em termos de acesso à sua principal fonte de financiamento das suas atividades.

Deste modo, este mecanismo alternativo permitirá viabilizar o normal funcionamento das Escolas Profissionais, particularmente no que respeita aos cursos de formação objeto de financiamento comunitário, nomeadamente, através do Fundo Social Europeu.

O limite máximo orçamental dos apoios financeiros a conceder, pela Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, são os seguintes:

2023 – 850.000 euros

2024 – 1.750.000 euros

2025 – 1.000.000 euros